

Fernandes de Alencar, Anderson. **A infoinclusão e as estatísticas para a América Latina.** *En publicación: Paulo Freire. Contribuciones para la pedagogía. Moacir Godotti, Margarita Victoria Gomez, Jason Mafra, Anderson Fernandes de Alencar (compiladores).* CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Enero 2008. ISBN 978-987-1183-81-4

Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/freire/26Fernan.pdf>

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la Red CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

Anderson Fernandes de Alencar*

A INFOINCLUSÃO E AS ESTATÍSTICAS PARA A AMÉRICA LATINA¹

ESTE ARTIGO É RESULTADO do esforço de pesquisa em nível acadêmico de mestrado que tem por objetivo analisar as contribuições do pensamento do educador Paulo Freire ao processo de migração para o sistema operacional GNU/Linux. Esse texto é fruto de pesquisas realizadas no campo da infoinclusão, no intuito de encontrar indicadores que mostrassem o panorama estatístico desse campo de luta, no mundo, na América Latina e no Brasil. Por se tratar de um grande número de informações, privilegiaremos neste artigo somente os indicadores referentes à América Latina, e aqueles que possam perpassá-la de algum modo.

O texto será iniciado com uma breve discussão sobre o termo infoinclusão, apresentando como diversos autores têm se posicionado frente a este movimento. Em um segundo momento, serão apresentadas as instituições de pesquisa e os seus respectivos indicadores. Num terceiro, serão explicitadas as estatísticas para a América Latina pro-

* Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela USP. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

1 Neste texto usaremos a expressão infoinclusão como alternativa ao termo inclusão ou exclusão digital.

priamente ditas, e por fim, serão expostas as nossas considerações finais sobre este cenário.

REFLETINDO SOBRE O CONCEITO DE INFOINCLUSÃO

O termo exclusão digital, ou do inglês *digital divide*, tem sua origem com um artigo de Jonathan Webber e Amy Harmon publicado no jornal Los Angeles Times em 1995. Em meados de 1996, o presidente dos EUA Bill Clinton e o vice-presidente Al Gore citam a expressão em um discurso realizado em Knoxville, Tennessee (Sadão, 2002). O termo encontrou eco em diversos sinônimos/relativos como democratização do acesso as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), acesso universal, acesso equitativo, infoinclusão, apartheid digital, digital gap (fosso), brecha digital, infoexclusão (Afonso, 2000: 3; Macadar, 2002).

Nesse texto faremos uso preferencial da palavra infoinclusão, a qual a nosso ver caracteriza o que entendemos por esse movimento. São diversas as críticas ao termo inclusão digital devido ao seu caráter de “salvadorismo”, à criação de dualismos como incluído e excluído, entre outros. Sadão também desenvolve essa reflexão a partir das palavras “estar dentro” (incluído) e “estar fora” (excluído). Contudo os que “estão fora”, agora “estão dentro” de outro grupo, o grupo dos que “estão fora”, isto é, estão excluídos do primeiro grupo, mas incluídos no segundo. É um movimento dialético. Demo apud Sadão (2002) conclui:

Quem não consegue entender que a exclusão é uma forma de inclusão, ou seja, uma maneira de exercer uma função dialética no sistema, não percebeu ainda o que significa dialética na história. O que mais a exclusão social escancara é a luta desigual, a concentração de privilégios, a repartição injusta dos espólios de uma sociedade falida.

No intuito de tornar mais compreensível a explicitação dos diversos conceitos, os mesmos serão agrupados por categorias, a partir dos conceitos dos autores pesquisados. As categorias serão as seguintes:

- inclusão implica acesso;
- inclusão implica garantia das mesmas oportunidades;
- inclusão implica diminuir o fosso entre os que têm e os que não têm acesso;
- inclusão implica em ter acesso ao conhecimento;
- inclusão implica em constituir-se enquanto produtor do conhecimento;
- inclusão implica a realização de ações de intervenção;

- inclusão implica em melhorar a qualidade de vida;
- inclusão implica em tornar a infoinclusão política pública.

Não obstante grande parte dos conceitos dos autores encaixaram-se bem em cada uma das categorias criadas, alguns deles serão abarcados por duas ou mais categorias. Não queremos dessa forma engessar os conceitos dos autores, e sim facilitar a visibilidade de suas idéias.

INCLUSÃO IMPLICA ACESSO

Nessa categoria serão apresentados aqueles conceitos/autores que entendem a infoinclusão como a promoção do acesso, seja a equipamentos, seja ao conhecimento para manipulá-los.

Nessa linha de pensamento encontram-se quatro autores: Sérgio Amadeu da Silveira (2001; 2003), Edson Sadão (2002), José Oscar Carvalho (2003), Fernando Escobar (2006), Carlos Afonso (2000). Ademais temos o Relatório Elaborado para a 1ª Oficina de Inclusão Digital (Brasil, 2001), elaborado na ocasião do encontro com diversas representações de todo o Brasil, cujo intuito é refletir sobre os rumos do movimento pela inclusão no próprio país.

Amadeu da Silveira, um dos principais fomentadores do uso do software livre no Brasil, defende que “a exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso” (Silveira, 2001: 18). Em outra obra, o autor continua:

Uma definição mínima passa pelo acesso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo. Atualmente, começa a existir um consenso que amplia a noção de exclusão digital e a vincula ao acesso à rede mundial de computadores. A idéia corrente é que um computador desconectado tem uma utilidade extremamente restrita na era da informação, acaba sendo utilizado quase como uma mera máquina de escrever. Existem inúmeras outras definições, mas nesta introdução o termo em questão será considerado como a exclusão do acesso à Internet. Portanto, a inclusão digital dependeria de alguns elementos, tais como, o computador, o telefone, o provimento de acesso e a formação básica em softwares aplicativos (Silveira, 2003: 16).

Sadão (2002) entende a exclusão digital “como o não acesso e o não uso da *internet*”, e Carvalho (2003: 76), na mesma direção, afirma:

O acesso a essas máquinas e a seus conteúdos digitais não tem acontecido na intensidade que se esperava. A cada evolução da tecnologia digital, um contingente enorme de indivíduos

deixa de ter acesso às informações que são armazenadas por meio da nova tecnologia. Estes indivíduos são denominados excluídos da sociedade da informação.

Podemos acrescentar, também, o tripé da inclusão digital proposto por Escobar (2006: 1) no qual o autor propõe que para uma ação efetiva de “inoinclusão” se faz necessário: “disponibilização de acesso, educação e geração de conteúdo”. Já a pirâmide da “inclusão digital” proposta por Afonso (2000: 10) propõe que para a inoinclusão é necessária:

- infra-estrutura e acesso –facilidades coletivas e individuais de acesso local a baixo custo;
- capacitação –treinamento no uso do meio e formação de quadros para configurar, operar e desenvolver serviços e sistemas;
- gestão e custeio (sustentabilidade) –viabilização econômica e financeira para garantir a manutenção e atualização dos serviços locais;
- conteúdo –oferta de conteúdos locais, serviços e sistemas de informação em nosso idioma, democratização de toda a informação legalmente pública, facilidades para a produção e disseminação de conteúdo local.

Por fim, o documento da I Oficina de Inclusão Digital (Brasil, 2001: 4) defende que “a toda a população deve ser garantido o direito de acesso ao mundo digital, tanto no âmbito técnico/físico (sensibilização, contato e uso básico) quanto intelectual (educação, formação, geração de conhecimento, participação e criação)”.

INCLUSÃO IMPLICA GARANTIA DAS MESMAS OPORTUNIDADES

Nesse grupo estão reunidos os autores que acreditam que promover inoinclusão significa promover igualdade de condições e de oportunidades de acesso.

Carlos Afonso, diretor de planejamento e estratégias da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), acredita:

O acesso universal ou acesso equitativo, ou ainda a inoinclusão, parece ser um conceito simples –essencialmente, significa que o maior número possível de pessoas de uma sociedade tem igual oportunidade de utilizar as redes públicas de comunicação e informação. Essa situação ideal é confrontada com a dura realidade de exclusão social, que leva também à infoexclusão –a impossibilidade de utilizar os recursos dessas redes (Afonso, 2000: 9).

Segundo Paraguay apud Carvalho, “inclusão digital é gerar igualdade de oportunidades na sociedade da informação” (Carvalho, 2003: 77). E de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “a exclusão digital refere-se à distância entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas em diferentes níveis sócio-econômicos com respeito, simultaneamente, às suas oportunidades de acesso às tecnologias de informação e comunicação (TCI) e o uso da *internet* para uma ampla variedade de ações e atividades” (Sadão, 2002).

Ainda segundo o documento da I Oficina de Inclusão Digital (Brasil, 2001: 4), “as ações de Inclusão Digital devem promover a inclusão e equiparação de oportunidades para a população brasileira, respeitando os conceitos de Diversidade e Desenho Universal”.

INCLUSÃO IMPLICA DIMINUIR O FOSSO ENTRE OS QUE TÊM E OS QUE NÃO TÊM ACESSO

Nesse grupo estão circunscritos os autores que defendem que a exclusão digital é o buraco, a brecha, o fosso entre aqueles que têm e os que não têm acesso a tecnologia.

Segundo Cabral, “é a diminuição das disparidades sociais entre aqueles que têm acesso a essa tecnologia e aqueles que passam a ter acesso não só à informática, como também à Internet” (Cabral, 2006: 1). E de acordo com diversos autores citados por Sadão:

Há outras formas para definir a exclusão digital: uma delas remete à distância entre os que estão fazendo uso das novas tecnologias e os que não estão, de acordo com Robert Anthony (2000) e Wallys W. Conhaim (2000); de acordo com John N. Berry III (2000), refere-se ao abismo de informações existente entre os que têm acesso às novas tecnologias e os que estão alijados desse processo (Sadão, 2002).

INCLUSÃO IMPLICA EM TER ACESSO AO CONHECIMENTO

Sampaio apud Cabral (2006: 1) acredita:

As iniciativas de inclusão digital são aquelas que visam oferecer à sociedade “os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos”. A inclusão digital se assemelha, portanto, à idéia de alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática

da tecnologia digital no sentido de somar esforços para atenuar essa diferença.

O documento da I Oficina de Inclusão Digital (Brasil, 2001: 4) atesta que “o objeto central da inclusão digital é o conjunto de processos de comunicação e processamento de conhecimento relativos à vida do cidadão e da cidadã”.

INCLUSÃO IMPLICA EM CONSTITUIR-SE ENQUANTO PRODUTOR DO CONHECIMENTO

Neste grupo encontram-se os autores que acreditam que não há real inclusão digital sem produção do conhecimento.

Sérgio Amadeu da Silveira define a inclusão digital como sendo:

Capacitação da população de um país ou região para o uso autônomo das tecnologias da inteligência. Um cidadão incluído digitalmente é aquele que consegue gerar, armazenar, processar e distribuir informações com a velocidade que as tecnologias da inteligência permitem. Portanto, a inclusão digital é mais do que o simples acesso, é um processo de capacitação social que busca evitar que as tecnologias da informação aprofundem as desigualdades socioeconômicas. É evidente que o primeiro passo da inclusão digital é assegurar o acesso ao computador, à Internet e as linguagens básicas da sociedade da informação. Tudo indica que a inclusão digital pode ser um eficaz instrumento de superação da pobreza. Usar intensivamente tecnologia da informação para criar empregos em regiões sem vocação na chamada velha economia é uma das muitas possibilidades que se abrem (Silveira, 2006: 1).

Para Schwartz, “a exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material” (Schwartz, 2000).

Enfim, para Afonso:

A Internet traz uma característica excepcional, a razão maior de sua tremenda propagação –a facilidade que os próprios usuários têm de oferecerem serviços à rede, e com isso se tornarem também provedores. Isso leva à participação democrática de uma verdadeira comunidade mundial de provedores-usuários (aquele que usa também pode prover serviços, através de sua homepage, de um servidor de pequeno porte, de teletrabalho, etcetera) (Afonso, 2000: 11).

INCLUSÃO IMPLICA A REALIZAÇÃO AÇÕES DE INTERVENÇÃO

Esse grupo de autores reúne aqueles que acreditam que para haver efetiva inclusão devem acontecer ações concretas de intervenção social.

Cabral (2006: 2) acredita:

Incluir da perspectiva tecnológica envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins.

Sampaio apud Cabral advoga que o papel da tecnologia é o de:

Fomentar o exercício da cidadania, para dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso à grande mídia e para apoiar a organização e o adensamento da malha de relações comunicativas entre os atores da sociedade civil que constituem a Esfera Pública (Cabral, 2006: 3).

Segundo o documento da I Oficina de Inclusão Digital (Brasil, 2001: 10), “a formação dos educadores e educadoras deve garantir que eles não sejam simplesmente consumidores de informações, bens e serviços, mas também produtores de cultura e conhecimento”. Continua o documento:

Inclusão Digital não é apenas o ensino de informática na escola, muito menos se restringe ao simples acesso a computadores. Envolve a tarefa de repensar a inserção das TIC no processo de construção de conhecimento através de acesso, colaboração, comunicação, representação e autoria.

Por fim, Cabral (2006: 2) defende que é necessário realizar:

Uma reorientação estratégica de posicionamento em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, ao invés de serem apresentados a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade ela mesma deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se assim, sujeitas do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania.

INCLUSÃO IMPLICA EM MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

Um único autor entende que a infoinclusão tem por objetivo promover a melhora de vida dos “incluídos digitais”. Rebelo acredita que a “inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia”. Continua Rebelo (2006):

Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. Como fazer isso? Não apenas ensinando o bê-á-bá do informatiquês, mas mostrando como ela pode ganhar dinheiro e melhorar de vida com ajuda daquele monstro de bits e bytes que de vez em quando trava.

INCLUSÃO IMPLICA EM TORNAR A INFOINCLUSÃO POLÍTICA PÚBLICA

Para concluir, é importante apresentar as palavras sábias de Sérgio Amadeu da Silveira na sua cruzada por tornar a infoinclusão uma política pública no Brasil. O autor afirma:

A idéia de transformar a inclusão digital em política pública consolida no mínimo quatro pressupostos. Primeiro, é o reconhecimento que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano local e nacional. A exclusão digital não se trata de uma mera consequência da pobreza crônica, mas torna-se fator de congelamento da condição de miséria e de grande distanciamento das sociedades ricas. Segundo, é a constatação que o mercado não irá incluir na era da informação os extratos pobres e desprovidos de dinheiro. A própria alfabetização e escolarização da população não seria massiva se não fosse pela transformação da educação em política pública e gratuita. A alfabetização digital e a formação básica para viver na cibercultura também dependerão da ação do Estado para serem amplas ou universalistas. Terceiro, a velocidade da inclusão é decisiva para que a sociedade tenha sujeitos e quadros em número suficiente para aproveitar as brechas de desenvolvimento no contexto da mundialização de trocas desiguais e, também, para adquirir capacidade de gerar inovações. Quarto, é a aceitação de que a liberdade de expressão e o direito de se comunicar seria uma falácia se ele fosse apenas para a minoria que tem acesso a comunicação em rede. Hoje, o direito à comunicação é sinônimo de direito a comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania (Silveira, 2001).

OS INDICADORES E AS ESTATÍSTICAS DA INFOINCLUSÃO PARA A AMÉRICA LATINA

Hoje diversas instituições tem despendido esforços, de modo direto ou indireto, para realizar um estudo quantitativo, estatístico do contexto atual da infoinclusão x infoexclusão no mundo, na América Latina e nos seus mais diversos países. Entre estas instituições estão a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), OCDE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *International Telecommunication Union* (ITU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-Brasil), Fundação Getúlio Vargas (FGV-Brasil), entre outras. Abaixo segue um breve descritivo de cada uma dessas instituições.

- CEPAL. “É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenar as ações encaminhadas para sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável” (CEPAL, 2007).
- OCDE. É uma organização que reúne 30 países membros no intuito de compartilhar um compromisso com uma governança democrática e com a economia de mercado. Com relações ativas com cerca de 70 outros países e economias, ONG e sociedades civil, a organização tem alcance global (OCDE, 2006; tradução nossa).
- PNUD. “O PNUD é uma instituição multilateral e uma rede global presente hoje em 166 países, pois está consciente de que nenhuma nação pode gerir sozinha a crescente agenda de temas do desenvolvimento [...] O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem como mandato central o combate à pobreza” (PNUD, 2007a).
- ITU. “União Internacional de Telecomunicações é uma organização internacional destinada a padronizar e regular as ondas de rádio e telecomunicações internacionais [...] Suas principais ações incluem estabelecer a alocação de espectros de ondas de rádio e organizar os arranjos de interconexões entre todos os países permitindo, assim, ligações de telefone internacionais. É uma das agências especializadas da Organização das Nações Unidas, tendo sua sede em Genebra, na Suíça, próximo ao principal campus da ONU” (Wikipédia, 2007).

- IBGE. “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal” (IBGE, 2007).
- GV. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) tem por objetivo “avançar nas fronteiras do conhecimento na área das Ciências Sociais e afins, produzindo e transmitindo idéias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los, de modo a contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do País, para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada, e para a inserção do país no cenário internacional” (FGV, 2007).

De todas as instituições citadas, foram escolhidas duas que trazem estatísticas referentes a inclusão na América Latina ou em diversos de seus países: o PNUD e o ITU. Apresentaremos abaixo alguns dos resultados da pesquisa realizada, tendo por fonte cada uma dessas instituições.

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O PNUD aborda o tema da inclusão por duas perspectivas convergentes. A primeira que trata dos objetivos do Milênio e a segunda nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH).

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO

A Declaração do Milênio “é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milênio ‘realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque’, reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais’ (UNICRIO, 2007). Para viabilizar o cumprimento de todos os compromissos da Declaração foi elaborado em Setembro de 2001 pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, o “Plano de Consecução dos Objectivos da Cimeira do Milênio”, mais conhecido por Roteiro/Plano de Metas ou por “Objetivos do Milênio” (PNUD, 2007b).

Dentre todos os objetivos, metas e indicadores apontados no documento, aqueles que atingem diretamente a temática tratada nesse texto são:

- Objetivo Nº 8: “Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento”.
- Meta Nº 18: “Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias da informação e das comunicações” .

- Indicador Nº 47: “Linhas telefônicas por 1000 habitantes”.
- Indicador Nº 48: “Computadores pessoais por 1000 habitantes” (PNUD, 2007c).

É importante ressaltar que o compromisso supracitado de “tornar acessível os benefícios das novas tecnologias” foi firmado por 147 Chefes de Estado e de Governo e por 189 países de todo o mundo.

OS RELATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (RDHS)

Os relatórios de desenvolvimento humano são pesquisas realizadas no intuito de propor “uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano” onde “reúnem tabelas estatísticas e informações sobre o assunto”. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) busca “oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento” (PNUD, 2007d).

Nesse espectro, diversos relatórios foram publicados, contudo nos deteremos neste artigo ao Relatório publicado no ano (2006), sendo que, devido a extensão do relatório, trataremos de apresentar as estatísticas relativas a tecnologia de cinco países que fazem parte da América Latina: Brasil, Argentina, Chile, Peru e Bolívia.

As estatísticas serão apresentadas em seis categorias propostas pelo RDH. São elas:

- linhas telefônicas principais (por 1.000 pessoas);
- assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas);
- utilizadores de Internet (por 1.000 pessoas)
- receitas de royalties e direitos de licença (doláres americanos por pessoa);
- despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB);
- investigadores em I&D (por milhão de pessoas).

Categorias	Linhas telefônicas principais (por 1.000 pessoas)	Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas)	Utilizadores de Internet (por 1.000 pessoas)	Receitas de royalties e direitos de licença (dólares EE.UU. por pessoa)	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB)	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas)
Ano	2004	2004	2004	2004	2000-2003	1990-2003
América Latina	179	319	115	1,0	0,6	306
Brasil	230	357	120	0,6	1,0	344
Argentina	227	352	133	1,5	0,4	720
Chile	206	593	267	3,0	0,6	444
Peru	74	148	177	0,1	0,1	226
Bolívia	69	200	39	0,2	0,3	120

Fonte: PNUD (2007e).

A UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ITU)

A ITU, mais do que qualquer uma das demais instituições citadas anteriormente, tem uma tradição em produção de pesquisas, relatórios e estatísticas referentes ao uso da tecnologia no mundo. Ela foi responsável pela criação do Digital Access Index (DAI) que “mede a capacidade de indivíduos em um país acessar e usar novas Tecnologias da Informação e da Comunicação” (ITU, 2007a; tradução nossa), e Digital Opportunity Index (DOI) “é um índice baseado em 11 indicadores das tecnologias da informação e da comunicação, agrupadas em três áreas: oportunidade, infra-estrutura e utilização” (ITU, 2007b; tradução nossa). Ademais, o ITU, também oferece dados atualizados sobre grande parte dos países do mundo. Abaixo serão apresentadas as estatísticas referentes ao DAI e ao DOI.

DIGITAL ACCESS INDEX (DAI)

A União Internacional de Telecomunicações criou, em 2003, por meio da Unidade de Marketing, Economia e Finanças, o Índice de Acesso Digital ou simplesmente DAI do inglês Digital Access Index. A instituição utiliza cinco categorias e oito indicadores para realizar o cálculo do índice (ITU, 2007c; tradução nossa):

- a) Infra-estrutura
 - assinantes de Telefone Fixo
 - assinantes de Telefones Celulares
- b) Capacidade de Custeio
 - custo do Acesso a Internet

- c) Conhecimento
alfabetização
envolvimento escolar
- d) Qualidade
assinantes de Banda Larga
banda de Acesso à Internet
- e) Uso atual da Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)
usuários da Internet

A ITU foi capaz de realizar o levantamento desse índice para 181 economias (ITU, 2007d). Da vasta lista de países, serão escolhidos cinco para a apresentação dos seus números. Serão eles: Brasil, Uruguai, Costa Rica, Guatemala e Honduras no ano de 2002.

Países	Brasil	Uruguai	Costa Rica	Guatemala	Honduras
Índices	0,50	0,54	0,52	0,38	0,29

Fonte: ITU (2007d).

DIGITAL OPORTUNITY INDEX (DOI)

O índice foi também criado pela ITU, e nasce com o intuito de atender as necessidades dos parceiros da “Digital Opportunity Platform” (DOP) envolvidos nos dois encontros da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. O Índice de Oportunidade Digital ou do inglês Digital Opportunity Index (DOI) nasce como uma iniciativa do ITU, da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), da Korea Agency for Digital Opportunity and Promotion (KADO) and the Ministry of Information and Communication of the Republic of Korea.

De modo muito similar ao DAI, o DOI possui suas próprias categorias e seus próprios indicadores. São eles (ITU, 2007e: 21-40; tradução nossa):

- a) Oportunidade: mede a capacidade de acesso e de custeio
 - porcentagem da população coberta pela telefonia móvel (celular);
 - tarifas para acesso a Internet (20 horas por mês) como uma porcentagem da renda per capita;
 - tarifas para celular Móvel como uma porcentagem da renda per capita.
- b) Infra-estrutura: mede as redes, equipamentos
 - proporção de residentes por linha de telefonia fixa;

- proporção de residentes por computador;
 - proporção de residentes por acesso residencial a internet;
 - assinantes de telefone celular por 100 habitantes;
 - assinantes de Internet Móvel.
- c) Utilização: avalia o uso da internet e da banda larga
- proporção de indivíduos que usam a Internet;
 - proporção de assinantes de banda larga fixa pelo total de assinantes da Internet;
 - proporção de assinantes de banda larga móvel pelo total de assinantes de serviços móveis.

Como fizemos anteriormente, apresentaremos abaixo, numa estrutura de tabela, os índices mais recentes referentes a cinco países da América Latina: o Brasil, a Colômbia, o Equador, o Paraguai e Cuba (ITU, 2007e: 104-107). Os dados referem-se ao período de 2004-2005.

Países/ Categorias	Brasil	Colômbia	Equador	Paraguai	Cuba
Oportunidade	0,87	0,88	0,89	0,80	0,76
Infra-estrutura	0,24	0,19	0,16	0,09	0,04
Uso	0,16	0,08	0,02	0,02	0,00
DOI	0,42	0,38	0,36	0,30	0,27
Rank Mundial	71	88	100	114	126

Fonte: ITU (2007e).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo quer ser incluído, a América Latina quer ser incluída. Não! Eles não querem uma inclusão somente no roteiro da expropriação, fruto de um regime neoliberal e de uma globalização que caminhou pela mesma linha. Incluir no mercado sim, mas também nos lucros, na partilha da riqueza, dos bens de produção e de consumo. Partilha do saber que empodera as pessoas. Partilha da tecnologia, das criações, das descobertas, das inovações, das curas... O mundo tem sede de “estar dentro”.

Poderíamos em casos concretos dizer que as pessoas anseiam pela infoinclusão:

- quando na sua casa puxam diversas extensões de um TV a cabo, quando só lhe permitido um ponto;
- quando compartilham sua TV a cabo ou sua conexão com a Internet com o vizinho por meio de um buraco na parede;

- quando ignorando a onda capitalista vigente, produzem, desenvolvem e melhoram softwares livres que são distribuídos livremente;
- quando, subvertendo as ordens preestabelecidas pelas gravadoras e pelos grandes produtores de Hollywood, compartilham por meio de programas P2P como o a(e)mule, entre outros, músicas, filmes, shows, programas;
- quando desenvolvem e lutam por novas alternativas para a verdadeira luxúria que se tornou a o direito autoral, especialmente no que se refere a patente;
- quando, ao terem acesso ao computador, a primeira coisa que fazem é comunicar-se umas com as outras pelos diversos mensageiros instantâneos e por meio de comunidades como nunca visto antes;
- quando promovem migrações e festas de instalação do sistema operacional livre, o GNU/Linux, subvertendo as leis de mercado e os monopólios, inaugurando um movimento colaborativo sem precedentes;
- quando, livremente e gratuitamente, dispõem parte do seu tempo para colaborar na construção de uma gigante enciclopédia livre e que tem qualidade equiparável a enciclopédia britânica, a conhecida Wikipédia... Insisto, a América Latina, clama pela infoinclusão...

Mas não por qualquer infoinclusão! Mas aquela que promova o acesso efetivo às tecnologias que possibilite o seu uso no cotidiano das pessoas em benefício próprio e dos que lhe rodeiam. Uma infoinclusão que entenda a tecnologia como meio e não como fim. Como meio para o prazer, para a ampliação das relações interpessoais, para a promoção da justiça, para combater a pobreza e a miséria, para mobilizar, para conscientizar, para transformar, para mudar o mundo...

Enfim, uma infoinclusão que não despreze o humano, que não o maquinize ou o animalize, mas um uso da tecnologia que esteja vivamente embasado por princípios éticos, princípios de convivência fundamentais em um planeta em que todos somos irmãos, e onde possamos ser de fato felizes.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Carlos A. 2000 *Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?* (São Paulo: ILDES/Fundação Friedrich Ebert).
- Anthony, Robert 2000 *The digital divide network* (Nova Iorque: Black Enterprise).
- Berry, John N. 2000 “Bridge all the digital divides” em *Library Journal* (Nova Iorque) 15 de maio.
- Brasil 2001 “Relatório Síntese da I Oficina de Inclusão Digital” em <https://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_202II_Oficina_Relatorio_Sintese_v3.doc/download> acesso 19 de novembro 2007.
- Cabral, Adilson 2006 “Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída” em <www.links.org.ar/infoteca/otros/adilson.rtf> acesso 19 de novembro 2007.
- Carvalho, José Oscar 2003 “O papel da interação humano-computador na inclusão digital” em *Transinformação* (Campinas: PUC) Vol. 15, Nº 3.
- CEPAL 2007 “O que é a CEPAL” em <www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl> acesso 19 de novembro 2007.
- Conhaim, Wallys W. 2000 “The Internet” em *Link-up* (Medford).
- Escobar, Fernando 2006 “A cidade como porta de entrada ao mundo digital” em <www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/cidade.htm> acesso 13 de dezembro.
- FGV-Fundação Getúlio Vargas 2007 “A FGV: Missão” em <http://www.fgv.br/fgvportal/fgv/idx_missao.asp> acesso 19 de novembro.
- IBGE 2007 “Principais funções” em <www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm> acesso 19 de novembro.
- ITU 2007a “Digital Access Index (DAI)” em <<http://www.itu.int/ITU-D/ict/dai/>> acesso 19 de novembro.
- ITU 2007b “Digital Opportunity Index (DOI)” em <<http://www.itu.int/ITU-D/ict/doi/index.html>> acesso 19 de novembro.
- ITU 2007c “Digital Access Index (DAI)” em <www.itu.int/ITU-D/ict/dai/images/Figure%20DAI.jpg> acesso 19 de novembro.

- ITU 2007d “ITU Digital Access Index: World’s First Global ICT Ranking” em <http://www.itu.int/newsroom/press_releases/2003/30.html> acesso 19 de novembro.
- ITU 2007e “World Information Society Report 2006” em <<http://www.itu.int/osg/spu/publications/worldinformationsociety/2006/wisr-web.pdf>> acesso 19 de novembro.
- Macadar, Marie Anne 2002 “Desmistificando a inclusão digital” em <<http://integracao.fgvsp.br/ano5/20/opiniaio.htm>> acesso 19 de novembro de 2007.
- OCDE 2001 *Understanding the digital divide* (Paris: OCDE).
- OCDE 2006 “About OECD” em <www.oecd.org/about/0,2337,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html> acesso 13 de dezembro.
- PNUD 2007a “O PNUD e os seus objetivos” em <www.pnud.org.br/pnud/> acesso 19 de novembro.
- PNUD 2007b “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” em <www.pnud.org.br/odm/odm_vermelho.php> acesso 19 de novembro.
- PNUD 2007c “NU objetivo 8: estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento” em <http://www.pnud.org.br/arquivos/ODM_CEPAL_8.doc> acesso 19 de novembro.
- PNUD 2007d “Desenvolvimento humano e IDH” em <www.pnud.org.br/idh/> acesso 19 de novembro.
- PNUD 2007e “Relatório de Desenvolvimento Humano” em <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2006/rdh2006.zip>> acesso 19 de novembro.
- Rebelo, Paulo 2006 “Inclusão digital: o que é e a quem se destina?” em <<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>> acesso 19 de novembro.
- Sadão, Edson 2002 “A exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo: um estudo exploratório” em <<http://integracao.fgvsp.br/ano5/20/administrando.htm>> acesso 19 de novembro.
- Schwartz, Gilson 2000 “Exclusão digital entra na agenda econômica mundial” em *Folha de São Paulo* (São Paulo) 18 de janeiro.

Silveira, Sérgio Amadeu da 2001 *Exclusão digital: a miséria na era da informação* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).

Silveira, Sérgio Amadeu da 2003 “Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica” em Silveira, Sérgio Amadeu da (org.) *Software livre e inclusão digital* (São Paulo: Conrad Livros).

Silveira, Sérgio Amadeu da 2006 “Programa Computador Conectado” em <http://www.softwarelivre.org/downloads/insercaodigital%20avan%E7ada_sergioamadeu.pdf> acesso 19 de novembro.

UNICRIO 2007 “O que é a Declaração do Milênio?” em <www.unicrio.org.br/Textos/decmn.html> acesso 19 de novembro.

Wikipédia 2007 “ITU” em <<http://wikipedia.org/wiki/ITU>> acesso 19 de novembro.